

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Durante o mês de janeiro foram reproduzidas na comunicação social declarações do ministro das Finanças relativas à redução do horário normal de trabalho na função pública para as 35 horas, onde este afirmava que “*o custo global para a Administração Pública tem de ser nulo*”, acrescentando que era isso mesmo que constava do programa do Governo.

Ao mesmo tempo que remetia para o Parlamento a concretização da legislação sobre as 35 horas, o mesmo governante reclamava para o ministério que tutelava o desenho de medidas compensatórias para suavizar o efeito orçamental, coisa que nenhum dos projetos de lei da esquerda contemplava, pois não referiam ou previam quaisquer medidas para conter os custos. Já durante o pretérito mês de fevereiro, ao ser questionado sobre que medidas poderiam ser essas, o ministro evoluiu no discurso, afirmando já que o ministério das Finanças iria avaliar os custos e benefícios económico-financeiros da redução do horário, ou seja, estudar o impacto nas contas do Estado da reposição das 35 horas de trabalho semanal na Função Pública, comprometendo-se a concluir este trabalho ainda durante o mês de março/2016.

Sustentando estas mesmas afirmações, no site da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público foi entretanto colocada a informação de que iriam “*proceder à recolha de informação para a avaliação do impacto do regresso ao regime das 35 horas semanais de período normal de trabalho para os trabalhadores em funções públicas*”.

Passados mais de cinco meses sobre a data em que deveriam ter sido concluídos, sucede que ninguém conhece quaisquer resultados destes estudos, não se sabendo, sequer, se os mesmos foram ou não concluídos, isto ao mesmo tempo que vários dirigentes das forças políticas que apoiam o governo, Partido Socialista, Bloco de Esquerda e Partido Comunista Português, se multiplicavam em declarações a anunciar a assunção da medida.

Sem nunca terem sido prestadas contas sobre as consequências desta medida, nem na Assembleia da República, nem aos portugueses, os partidos que apoiam o governo procederam à aprovação na Assembleia da República da Lei n.º 18/2016, de 20 de junho, que veio estabelecer as 35 horas como período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas.

Para os deputados dos partidos da esquerda radical só importou aprovar a medida e, depois, o ministro das Finanças que tratasse de arranjar o dinheiro, nem que fosse preciso aumentar os

impostos ou o défice.

Tendo um grupo de deputados do PSD pedido entretanto ao Ministério da Saúde uma cópia de todos os documentos de avaliação do impacto, financeiro e em termos de recursos humanos da redução do horário de trabalho, isto já em 01/junho de 2016, passados mais três meses sucede que o ministro nem sequer se dignou dar resposta, apesar do prazo legal para o fazer ser de 30 dias, o que, no mínimo, tem de ser considerado como, sintomático da forma como encara o exercício da governação, mas também uma ofensa dos mais elementares princípios democráticos de controlo pelo parlamento da atividade do executivo.

Atendendo ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados subscritores do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata solicitam ao Governo que, através do **Ministro das Finanças** forneça o(s) seguinte(s) documento(s):

1. Cópia de todos os estudos e informações técnicas que serviram de base para avaliar o impacto em termos de novas necessidades de contratação e apurar os custos da redução do horário de trabalho da função pública para as 35 horas no Ministério da Saúde.
2. Cópia de toda a informação e documentação que, sobre esta matéria da implementação das 35 horas, foi enviada, entregue, disponibilizada ou carregada em plataformas informáticas do Ministério das Finanças pelo Ministério da Saúde.

Palácio de São Bento, sexta-feira, 16 de Setembro de 2016

Deputado(a)s

ÁLVARO BATISTA(PSD)

ADÃO SILVA(PSD)

MIGUEL SANTOS(PSD)

MARIA DAS MERCÊS BORGES(PSD)

ÂNGELA GUERRA(PSD)

ANTÓNIO COSTA SILVA(PSD)

ANTÓNIO VENTURA(PSD)

EMÍLIA CERQUEIRA(PSD)

FÁTIMA RAMOS(PSD)

JOSÉ CARLOS BARROS(PSD)

JOSÉ SILVANO(PSD)

BERTA CABRAL(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)

ANTÓNIO LIMA COSTA(PSD)

SUSANA LAMAS(PSD)

Deputado(a)s

SANDRA PEREIRA(PSD)

LAURA MONTEIRO MAGALHÃES(PSD)

CARLA BARROS(PSD)